

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

ELEMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE UM OBJETO DE ESTUDO EM CONSTRUÇÃO¹

Nadir Zago

Professora do Departamento de Psicologia da UFSC, doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes - França

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões, a partir de leituras de estudos desenvolvidos no Brasil e no exterior, sobre o tema das relações entre família e escola. A análise procura mostrar o lugar que esta temática vem ocupando na pesquisa educacional e indicar questões que os estudos têm levantado neste domínio. O trabalho situa, em primeiro lugar, as denotações e conotações sobre alguns termos como: família, pais, comunidade, para, num segundo momento, indicar as orientações de pesquisa sobre o assunto, especialmente junto às camadas populares.

ABSTRACT

The purpose of this work is to present some reflections basing on studie developed in Brasil and abroad, concerning as subject, the relations between family and school society. The analysis try to present how this subject has been taking place in educational researches, and indicate some enquiriments on this field. The work situates, at first, connotations and denotations about some terms like: family, parents, community; and in a second time evinces the research directions of this topic, specially among popular groups.

¹ Trabalho elaborado para apresentação na XVII Reunião Anual da ANPED, 23 a 27/10/94, Caxambu/MG.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v.12	n.16	p.11 - 25	1994
-----------------------------	---------------	------	------	-----------	------

Apesar de ter ocorrido, nos últimos anos, notável crescimento quantitativo da produção científica no campo da educação, podemos identificar temáticas que não tiveram ainda um lugar privilegiado nas pesquisas. Refiro-me, por exemplo, ao estudo das relações entre a família e a instituição escolar, tema sobre o qual venho, há alguns anos, pesquisando. Neste trabalho, tenho como objetivo situar o lugar que esta temática vem ocupando na pesquisa educacional e indicar questões que os estudos têm levantado neste domínio.

Se, durante muito tempo, a família foi um objeto de estudo negligenciado nas Ciências Sociais, o lugar que esta temática vem ocupando na pesquisa científica mudou, consideravelmente, como o indica François de Singly, em uma revisão recente sobre o estado do saber a respeito da família (1992). No campo educacional, a importância que os estudos sobre a relação escola-família vêm recebendo, varia muito de um país a outro. Nos Estados Unidos, Inglaterra, Suíça e França, esta temática tem merecido crescente interesse na área da Sociologia da Educação.² No caso brasileiro, podemos dizer que se trata de um objeto em construção, com produção científica ainda limitada e bastante dispersa. Este lugar, pouco privilegiado, deve-se ao desenvolvimento das políticas de pesquisa que historicamente estiveram mais centradas sobre aspectos psicopedagógicos do ensino, administração, planejamento, tecnologia educacional, análises macro-sociais da relação escola e sociedade,³ do que sobre os indivíduos, enquanto sujeitos da escolarização: seus modos de vida, suas culturas, suas estratégias de resistência e participação na vida social, suas modalidades próprias ou apropriadas de produção e reprodução do saber.⁴ Temas

² Ver sobre o assunto DURNING, Paul (dir). *Education familiale: un panorama des recherches internationales*. Paris, MIRE/ Matrice, 1988.

³ Alguns trabalhos elaborados no sentido de reconstituir a trajetória da pesquisa educacional (podemos citar, entre outros, os trabalhos de Gouveia, 1976 e 1985), têm contribuído para a compreensão das tendências teórico-metodológicas, mas também temáticas, que marcaram o desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

⁴ Também conforme C. R. Brandão, no prefácio do livro NORONHA, O. *De campo-nesa a madame*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 13.

como estes começaram a ganhar terreno em épocas mais recentes, sobretudo a partir dos anos 80, com a abertura política. A fase atual, como observa Goergen (1986), é de recuperação da pesquisa empírica e de um maior equilíbrio entre as macro e micro-análises voltadas para o exame da realidade educacional brasileira.

Sem desconsiderar questões estruturais na compreensão da realidade social e escolar, novas tendências de pesquisa no campo da educação têm procurado enfocar o cotidiano das escolas, a sala de aula, as representações e comportamentos das famílias face à escolaridade dos filhos, os movimentos sociais pela educação, entre outras questões de investigação que colocam em destaque os sujeitos sociais. É dentro desta perspectiva que tentarei fazer um primeiro balanço das orientações de pesquisas sobre meio familiar e escolarização.

FAMÍLIA: UM TERMO GENÉRICO AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA FAMILIAR

Todo estudo sobre a família se depara com uma dificuldade prévia: aquela de sua própria definição. As pesquisas neste domínio, conduzidas no Brasil e no estrangeiro, mostram a existência de tipos de famílias que se diferenciam segundo a forma e o conteúdo.⁵ A família não é estática; ela é uma instituição que se transforma, que se modifica nas suas finalidades e suas funções. No Brasil, conforme assinalado em vários estudos, a tônica foi colocada sobre o modelo dominante de família: a organização familiar extensa de tipo patriarcal.⁶ Este modelo tem sido con-

⁵ Ver sobre esta questão: "Sociologie de la famille" (MICHEL, André, 1970); "La famille: l'état des savoirs" (DE SINGLY, Françoise, 1992); entre outros.

⁶ Descrita por Freyre nos anos 30 (notadamente na obra *Casa Grande e Senzala* - 1933). Este modelo patriarcal é estreitamente ligado à organização social do Brasil da época colonial: uma economia agrária, fundada sobre a existência de grandes latifúndios e da escravidão. Esta forma de organização familiar representa um modelo característico de algumas regiões - notadamente do Nordeste - onde foram implantadas as grandes propriedades consagradas à monocultura de exportação (plantação de café, cana de açúcar).

testado nas últimas décadas, por se revelar insuficiente para compreender o conjunto da sociedade brasileira.⁷

Associadas, tradicionalmente, ao latifúndio, existiram, no entanto, outros modos de ocupação e de exploração da terra que deram lugar a formas de organização familiar diferentes do modelo patriarcal. É o caso, por exemplo, dos estados do sul do país, onde predominava uma estrutura familiar mais simples. Pode-se, por outro lado, notar que os grandes domínios de tipo latifundiário não foram necessariamente associados à família extensa de tipo patriarcal. Muitos autores, justamente, observaram que, em certas regiões, o desenvolvimento do latifúndio foi acompanhado da organização familiar de tipo nuclear.⁸

As pesquisas mais recentes indicam o predomínio da família nuclear, tanto no campo quanto na cidade, sem deixar no entanto de serem expressivas outras formas de organização familiar (Bruschini, 1990; Durham, 1984; entre outros). As unidades domésticas compostas de pai, mãe e filhos, constituem uma forma de organização que tem sofrido sensível modificação e apresentam, do ponto de vista estatístico, uma tendência declinante desde os anos 70. Conforme observa Doria Bilac (1991:71) "no campo e na cidade, a progressiva diminuição das unidades domésticas do tipo família nuclear, claramente associada ao aumento das taxas de divórcio e separação, vem sendo compensada, basicamente, pelo crescimento das famílias monoparentais, particularmente aquelas de chefia feminina. Além disso, a estas famílias monoparentais se somam, ainda, particularmente nas cidades, os já mencionados domicílios unipessoais e outros arranjos familiares ou não-familiares de natureza pouco conhecida".

Adotar o modelo nuclear como normativo para definir a família é, portanto, limitador pois não corresponde à

⁷Sobre a família brasileira ver, entre outras referências: "Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade", (ALMEIDA, A. M., 1987) e "A família brasileira" (SAMARA, E. M., 1986).

⁸Ver a este respeito: ALMEIDA, M.S.K. et alii. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 1982.

realidade social e tem, por outro lado, servido para considerar como “desorganizadas” aquelas que não correspondem à forma de organização dominante na sociedade.

FAMÍLIA: DENOTAÇÕES E CONOTAÇÕES

Ao se transportar o tema família para o âmbito da escola, verificamos que, tanto “famílias” quanto “pais”, constituem termos genéricos. Embora genéricos, estes termos podem ter conotações distintas, como observa D.Glasman (1992). Ao fazer uma análise do emprego e flutuação destes termos no quadro da instituição escolar francesa, a autora observa que o vocábulo “pais” tem sido, preferencialmente, associado ao movimento de “pais de alunos”. Este define uma forma de participação nos órgãos das escolas e nas suas atividades, e passou a designar, sobretudo, os membros das classes médias e favorecidas. O termo “família”, segundo a mesma autora, foi reinventado especialmente para designar os bairros populares, com a criação das “Zonas de Educação Prioritárias” (ZEP), tornando-se estatisticamente mais empregada do que “pais”. “Família” não parece designar um papel ou função reconhecida pela escola, mas um grupo que lhe é estranho. Neste sentido, embora ambos os termos sejam genéricos, eles não se confundem. A participação das “famílias”, que a escola solicita, é a de manifestar interesse e implicação na escolaridade dos filhos (participar de reuniões, contatar professores, acompanhar trabalhos escolares) e é isto que vai, de certo modo, marcar a distinção entre “pais” e “famílias”. Quando não ocorre o envolvimento pretendido pela escola, são considerados como “força passiva”, que deve ser mobilizada. Neste sentido, é possível que ocorra uma substituição do termo “família”, quando os pais passam efetivamente a “entrar na escola”.

A utilização corrente dos termos “pais” e “família” ganha, deste modo, conotações segundo os estabelecimentos, e não coincidem com a diversidade de categorias sociais que frequentam cada um deles (Glasman, *idem*). Contrariamente

ao que sugerem as denominações genéricas dos termos, as famílias são diversificadas e não mantêm a mesma relação com a instituição escolar. Assim, as famílias que a escola tem a tendência de juntar numa mesma categoria, mantêm relações diferenciadas, tanto em nível simbólico (como, por exemplo, as representações da escola e da escolarização), quanto dos comportamentos concretos investidos na escolaridade dos filhos. Seria, assim, fundamental investigar as denotações e conotações envolvidas nas especificidades do caso brasileiro.

Além da generalidade dos termos aqui evocados, há também que se considerar o de "comunidade", tão frequentemente empregado nos estudos que tratam da relação de uma escola em particular com a população local.⁹

"Comunidade" induz geralmente a uma representação do grupo estudado como um todo social independente, e caracterizado por uma coesão interna. Essa perspectiva reforça a idéia de convergência de uma identidade de interesses e de ações de diferentes grupos, ocultando assim a dimensão de classe, contradições ou antagonismos de interesses (Leger e Tripier, 1986:13). Ou ainda, segundo Cunha (1992: 18), ao considerar como comunidade o simples fato dos sujeitos habitarem no mesmo local e terem problemas comuns, deixa-se de se perceber "... as relações de exploração que freqüentemente existem no seu interior, assim como a identificação de seus membros com os grupos situados fora do arraial, da favela ou do bairro periférico...".

É esta realidade heterogênea, e não a suposta harmonia de interesses, que caracteriza as relações entre moradores e escola. Diante dos problemas que a noção de comunidade implica, alguns autores têm preferido empregar expressões menos ambíguas como: "estudo sobre a área escolar" (Pereira L. 1976) ou "estudos sobre o local" (Henriot-Van Zanten, 1987).

⁹ Conforme tem chamado a atenção alguns autores no campo da Sociologia da Educação: Henriot-Van Zanten (1987), Leger e Tripier (1986), Cunha (1992), Pereira L. (1986), entre outros. Este termo, segundo Cunha (1992), foi ganhando espaço no vocabulário político e, especialmente, no educacional, nos anos 70.

FAMÍLIA E ESCOLA: ORIENTAÇÕES DE PESQUISAS

O estudo sobre a família pode ser realizado a partir de diversos ângulos disciplinares (história, psicologia, antropologia, sociologia) e, mesmo dentre estes, a partir de diferentes concepções teóricas e objetos de análise. Esta observação é igualmente válida sobre os estudos no campo da educação. A diversidade temática e disciplinar com que a relação família e escolaridade tem sido abordada dificulta a organização da produção em torno do tema.

As leituras que efetuamos sobre o tema em questão mostram que a maior parte dos estudos tem se dedicado, principalmente, à relação escolaridade e classes sociais, e predominantemente para as camadas de baixa renda de regiões urbanas e rurais. Poucos são os estudos, de nosso conhecimento, que nesta área temática focalizam, por exemplo, a atenção para as camadas médias.¹⁰ Nos deteremos aqui a identificar alguns eixos de pesquisa sobre a temática, a partir de um enfoque social e, especialmente, junto às camadas populares.

Um ponto comum entre as pesquisas com as famílias de classes populares diz respeito à importância que estas vêm atribuindo à escolarização dos filhos, mesmo entre aquelas com problemas imediatos de sobrevivência. Estes resultados aparecem claramente, tanto nos estudos que tomam a relação família-escola como questão central de análise, quanto naqueles em que este tema aparece como periférico. Sobre estes últimos, situamos alguns trabalhos, especialmente na área da antropologia, que analisam o processo de integração das populações que migram do campo para a cidade. Estudos nesta área oferecem contribuições relevantes na compreensão dos valores e comportamentos da população, quanto à educação e outras dimensões do cotidiano familiar.¹¹

¹⁰ Pesquisa nesta direção, está sendo conduzida por M. Alice Nogueira, na UFMG. Outras indicações acerca do tema são citadas pela mesma pesquisadora no artigo "Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais", 1991.

¹¹ Entre outros estudos, podemos citar: "A caminho da cidade" (Durham, 1984); "A reprodução da desigualdade" (Macedo, 1985); "Trabalho e sobrevivência" (Leser de Mello, 1988).

Todos os trabalhos analisados são unânimes quanto à valorização atribuída à educação, enquanto instrumento de adaptação à vida urbana e ascensão ocupacional. Segundo Durham, a migração, do mesmo modo que a escolarização e outras formas de investimento para a ascensão ocupacional, são empreendimentos familiares, uma vez que o sucesso alcançado representa não o ganho de um membro da família, mas de todo o grupo doméstico (Durham, *idem*). Daí a importância de realizar, no presente, as condições mínimas necessárias para garantir, no futuro, ascensão ocupacional e melhores condições de vida. Este projeto esbarra, no entanto, nas limitações materiais concretas para tal investimento poder se realizar. O nível de escolaridade, pelo qual os pais se sentem responsáveis, corresponde ao ciclo básico. A partir deste momento, embora valorizado, os estudos ficam ao encargo dos filhos: as expectativas dos pais são sempre calcadas nas possibilidades efetivas, e, assim, raramente seus projetos são desvinculados de suas condições concretas de existência (Macedo, 1985).

Por outro lado, como mostra Leser (1988), a transformação dos valores, decorrente da ruptura com as origens rurais, aparece, entre outros comportamentos, nas práticas de educação familiar. No meio urbano, como constatou a autora, observa-se um esforço das mães em prolongar a escolaridade dos filhos, ao mesmo tempo em que procuram retardar o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho. Estes novos valores, não essenciais no mundo rural, correspondem a um processo de modernização das mulheres, de assimilação, ainda que parcial, dos valores urbanos. Eles podem ser observados através da dilatação da infância, do investimento de uma escolaridade ligada ao trabalho, mas distante daquele realizado pelos pais, ligados às diversidades profissionais oferecidas pelo mundo urbano.

Outra vertente temática que podemos situar, concerne aos estudos sociológicos sobre os movimentos sociais e a educação, tais como o de Campos R. (1989), Sposito (1993), Campos M. (1982).

Rogério Campos, em um estudo realizado sobre movimentos sociais dos trabalhadores pela escola, mostra como a valorização acerca da educação se expressa através da mobilização dos pais e de lutas concretas por causas específicas. Por meio de estratégias, seja pela construção ou melhorias do prédio escolar, seja pela ampliação do número de vagas ou ainda de melhorias de funcionamento dos estabelecimentos escolares, como a demanda pela democratização das relações de poder internas à escola, os moradores adotam comportamentos de resistência à exclusão escolar dos filhos. São lutas, segundo o autor, que não surgem isoladas de outras formas concretas de reivindicação, destinadas a amenizar as insuficiências de infra-estrutura em que vive a população de baixa renda. Assim, nesses casos, é o conjunto das relações sociais que invade o aparelho escolar, tornando a distinção tradicional - "fatores internos-fatores externos" - inapropriada (Campos, *idem*).

Na direção dos trabalhos mais diretamente centrados sobre a relação escola-família nas classes populares, podemos identificar alguns eixos de pesquisa: estudos sobre creche e pré-escola, educação e trabalho, fracasso e sucesso escolar, trajetórias escolares e, ainda, outros para a compreensão das relações da escola com a população, em uma área particular. Tentaremos indicar algumas questões e referências a partir destes eixos temáticos.

No caso brasileiro, a integração precoce das crianças no trabalho tem desencadeado, sobretudo a partir dos anos 80, um número crescente de pesquisas sobre as condições psicossociais das crianças e jovens das camadas populares.¹² A relação entre a escola e o trabalho infanto-juvenil constitui um dos temas investigados, a partir de questões, tais como: "a exclusão da população infantil do sistema escolar; a ambigüidade dos dispositivos legais sobre escolarização e trabalho das crianças; o trabalho infanto-juvenil

¹² Para uma revisão da literatura a este respeito, ver o artigo "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura" (ALVIM, M.R. e VALLADARES, L., 1988).

e a sobrevivência familiar; a distribuição de tarefas considerando-se sexo, idade e necessidades familiares" (Mata e Dauster, 1993). Neste campo de análise, as pesquisas têm revelado o papel das crianças, em idade de escolarização, nas estratégias de sobrevivência familiar, mas também o valor social da educação e do trabalho nas camadas populares.¹³

Outra questão que tem sido levantada, especialmente a partir dos estudos sobre trajetórias escolares, fracasso e sucesso escolar, diz respeito às diferenças que podem ser observadas nos comportamentos das famílias, mesmo dentro das categorias genéricas como "famílias camponesas" (Zago, 1989), "famílias populares" (Henriot-Van Zanten, 1987 e 1990; Glasman, *idem*; Leger e Tripier, 1990; Zago, 1993) e "classes médias" (Nogueira, 1991).

Em uma pesquisa desenvolvida com categorias diferenciadas de pequenos produtores e assalariados no meio rural (pequenos produtores agrícolas, empreiteiros e carvoeiros de uma região do Estado de Minas Gerais), a autora buscou compreender o significado da escola em contextos sociais diferenciados pelo processo de trabalho. As duas realidades (agricultura de subsistência e carvoejamento) engendram processos de trabalho que forjam formas distintas de relações com a escola (Alves, 1993). Outra pesquisa realizada com pequenos produtores, no sul do país, revela a existência de projetos diferenciados, entre as famílias camponesas, no que concerne à escolaridade e futuro profissional dos filhos: a) mobilidade geográfica forçada em direção à proletarização; b) resistência à exclusão escolar: à busca de um nível de formação permitindo uma reconversão profissional; c) a reprodução da condição de agricultor e a resistência à proletarização (Zago, 1989).

Diferenças se observam também entre as famílias tidas como "desfavorecidas" no meio urbano, como observou Glasman (*idem*), a partir de um estudo sobre as expectativas

¹³ Para um levantamento bibliográfico da literatura brasileira sobre educação e trabalho no período 1970-89, ver: PUC/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1990.

e atitudes face à escola. No trabalho realizado, foram identificadas diferenças quanto à: percepção da escola e da escolaridade (percepção de confiança/desconfiança com a instituição escolar); investimento pessoal, em particular das mães, no trabalho escolar (materializado em forma de ajuda ocasional/sistemática); horizonte da escolaridade (previsão de prolongamento dos estudos/sem horizonte). Os estudos de Henriot-Van Zantem (1990), revelam também heterogeneidade de comportamentos das famílias populares, face à escola e o destino social dos filhos, que se polarizam em torno da “ilusão da mudança”, “da adaptação realista”, “da desilusão do progresso”, mas também da “crença” na mobilidade social via instrução. As explicações para estas diferenças estão, segundo a autora, associadas à vários fatores: condições económicas, origem rural/urbana, antigüidade no local de residência, escolaridade dos pais, número de filhos e resultados escolares em termos de fracasso e sucesso escolar.

Do mesmo modo que “comunidade”, conforme nos referimos em páginas anteriores, a “escola” também não constitui uma unidade monolítica. Apesar dos determinantes comuns às escolas públicas, cada escola contém uma identidade própria que é, como observam Ezpeleta e Rockwell (1986:58), “produto de uma permanente construção social”. Desta forma, como também lembra Carvalho (1991:5), “podemos compreender cada escola não como aparelho de um Estado que encarna linearmente a vontade da classe dominante, mas como produto social e histórico da atuação dos diversos sujeitos. No seu interior, diversos elementos contraditórios e heterogêneos atuam simultaneamente, criando configurações únicas e particulares”.

Alguns autores têm se dedicado a estudar as relações entre os profissionais da escola e as famílias dos alunos, a partir de um bairro e uma escola específica. Os estudos de Pereira (1976), Leger e Tripier (1986) e Carvalho (1991), vão nesta direção e mostram que, ao invés da integração escola-família, é o seu contrário que é observado: “um cordão de isolamento” (Carvalho, 1989).

No Brasil, dentre a bibliografia existente sobre o assunto, não se poderia deixar de mencionar a pesquisa realizada por Pereira, na década de 60. O autor fez um estudo detalhado, sobre o funcionamento interno de uma escola pública primária e suas relações com a área social por ela atendida. Este trabalho implicou considerar, de um lado, todos os membros da instituição escolar (direção, auxiliares administrativos, professores, serventes e alunos), e de outro, os pais dos alunos. A análise permite verificar as discrepâncias entre as normas estabelecidas pelo regimento escolar e as práticas vigentes no interior da escola, dando também destaque à natureza dos conflitos da escola com a população local.

Nas relações sociais que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais, figuram as condições materiais da escola; mas igualmente os padrões culturais, valores e modos de vida do corpo docente-administrativo e da população local. As diferenças sócio-culturais dos pais e do pessoal docente-administrativo têm, evidentemente, reflexos nas relações entre escola e a população local, e determinam, igualmente, modalidades de desenvolvimento do trabalho no interior da escola.

Considerando também estes dois contextos sociais, Leger e Tripier (idem) mostram que as análises dos professores a respeito do fracasso escolar dos seus alunos são massivamente dominadas pela tese do "handicap sócio-cultural": o meio social dos alunos é percebido como desfavorável e produtor do insucesso escolar. Estas imagens negativas revelam a distância que separa os professores dos moradores locais: distância cultural, distância quanto aos valores, modo de vida e normas das classes populares. Do lado das famílias, os autores vão igualmente verificar o que pensam os pais sobre o sucesso e o fracasso escolar, e as atitudes destes face à instituição escolar. Diferentes dos professores, os pais são majoritários em reconhecer na escola e seu funcionamento as causas do fracasso escolar. As mães compreenderam, observam os autores, os efeitos das expectativas dos professores, mas também das rotulações que sofrem os

alunos sobre os resultados escolares. Com isto adotam estratégias (individuais e coletivas), no sentido de influenciar tais resultados. Os mesmos autores questionam as conclusões genéricas da produção do fracasso escolar, a partir unicamente da condição sócio-econômica. Segundo eles, é necessário ultrapassar uma visão mecanicista da relação que liga as condições de vida com os resultados escolares.¹⁴

Não houve a pretensão de fazer aqui uma revisão exaustiva da literatura sobre o assunto em questão. Este trabalho foi elaborado no sentido de mostrar a variedade de orientações e as insuficiências de sistematização em torno de um tema recentemente explorado na pesquisa educacional brasileira. A literatura pesquisada mostra-nos, no entanto, que conhecer o significado da educação e os comportamentos das famílias populares no que concerne à escolarização de seus filhos, são preocupações que têm merecido a atenção crescente de estudiosos no campo da educação. Os estudos analisados revelam a complexidade que marca as relações entre família e escola mas, também, a necessidade de aprofundar o seu conhecimento e compreensão, a partir de diferentes contextos sociais e problemas de análise. Os resultados destes estudos podem oferecer informações importantes para as escolas, uma vez que estas não podem desconsiderar a realidade social que está além dos muros da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Angela M. (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1987.
- ALMEIDA, M.S.K. et alii. *Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- ALVES, Dilma. O significado da escola rural revelado na trilha do trabalho. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1993.

¹⁴ Leger e Tripier (1986, p. 114).

- ALVIM, M. Rosilene B. e VALLADARES, Licia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da literatura. *BIB*, Rio de Janeiro, n.26, p.3-37, 1988.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo : Fundação Carlos Chagas/ Vértice, 1990.
- CAMPOS, Rogério C. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo : Loyola, 1989.
- CAMPOS, M. Malta. Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1982.
- CARVALHO, Marília P. Um invisível cordão de isolamento: escola e participação popular. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, n.70, p.65-73, 1989.
- _____. Uma identidade plural: um estudo de uma escola pública na região metropolitana de São Paulo. Tese de mestrado, PUC, São Paulo, 1991.
- CUNHA, Luiz A. A educação na Sociologia: um objeto rejeitado? *In: CEDESSociologia e educação: diálogo e ruptura*. Campinas : Papyrus, 1992.
- DORIA BILAC, Elizabete. *Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil*. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1991.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo : Perspectiva, 1984.
- DURNING, Paul (org) *Education familiale: un panorama des recherches internationales*. Paris : MIRE/Matrice, 1988.
- ESPELETA, J. e ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo : Cortez, 1986.
- GLASMAN Dominique. "Parents" ou "familles": critique d'un vocabulaire générique, *Revue Française de Pédagogie*, Paris, n. 100, 1992, p.19-33.
- GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. *Em Aberto*, Brasília, ano 5, n. 32, 1986.
- GOULVEIA, A.J. Orientações teórico-metodológicas da sociologia da educação no Brasil, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 55, p. 63-67, 1985.
- GOULVEIA, A.J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.19, p. 75-79, 1976.
- HENRIOT-VAN ZANTEN, Agnès. Les attitudes des familles des quartiers populaires face a l'échec et a la réussite. *Migrants-Formation*, Paris, n. 81, 1990.

- _____. L'ècole et le milieu locale. Tese de Doutorado, Ciências da Educação, Université René Descartes, Paris V, 1987.
- LESER DE MELLO, Sylvia L. *Trabalho e sobrevivência: mulher do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo : Ática, 1988.
- LESER DE MELLO, S. e VIEIRA, J. Família, mulher e criança em São Paulo : história da vida familiar em camada popular urbana, hoje. Texto datilografado 16 p., s.d.
- LEGER A. e TRIPIER M. *Fuir ou construire l'ècole populaire?* Paris : Méridiens Klincksieck, 1986.
- MACEDO, Cinira C. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo : Vértice, 1985.
- MATA, M.L. e DAUSTER, T. A vida obriga a ser criança e adulto. Um estudo etnográfico com crianças das camadas populares urbanas. *Caderno Educação/PUC*. n. 8, Rio de Janeiro, 1993.
- MICHEL, Andrée. *La sociologie de la famille*. Paris : EHESS, 1970.
- NOGUEIRA, Maria A. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. Notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 3, p.89-112, 1991.
- PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo : Pioneira, 1976.
- PUC/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas. Caderno: PUC/Educação, Rio de Janeiro, 1990
- SINGLY, François (org.) *La famille: l'état des savoirs*. Paris : La découverte, 1992.
- SAMARA, Eni M. *A família brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- SPOSITO, Marília P. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo : Hucitec/EDUSP, 1993.
- ZAGO, Nadir. Travail des enfants et scolarisation dans le milieu paysan. Tese de Doutorado, Ciências da Educação, Université René Descartes, Paris, 1989.
- ZAGO Nadir, Classes populares e a questão escolar: Um estudo sobre as trajetórias de escolarização em nível de primeiro grau. Texto apresentado na XVI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1993.